



Tecendo o Amanhã

Resumo do projeto

O Projeto é uma iniciativa do Instituto Proeza em parceria com UnB/CEAM/Núcleo de Cultura, Diversidade e Minorias e busca ofertar atividades cursinho popular que tem como objetivo ampliar as oportunidades dos alunos para que possam, através do ENEM, ingressar em instituições públicas de ensino superior por meio de curso presencial e plataforma digital. O processo aqui apresentado busca desenvolver metodologia para que alunos em situação vulnerável tenham condições de ingressar em universidades federais.

Contexto

Para os milhões de inscritos as provas são iguais, mas as condições de igualdade acabam aí. As oportunidades oferecidas a cada candidato são tão díspares que já se sabe de antemão, praticamente desde o berço, quem se sairá bem e quem se sairá mal. As médias das melhores escolas chegam a 600 pontos e as públicas ficam em torno de 400 pontos. Diz-se o seguinte: “fale a escola que o aluno estuda que digo a nota dele”. Alunos de famílias ricas vão tirar notas altas e ficarão com as melhores vagas. Para alunos pobres, as estatísticas reservam o destino de conseguir um resultado píffio no exame e contentar-se com uma faculdade menos disputada. Há muitas exceções, é claro, mas o que os resultados do Enem escancaram ano após ano é que o Brasil vive um apartheid educacional. Mesmo com as cotas os estudantes de escolas públicas ainda enfrentam uma disputa desigual, pois alunos de colégios militares (O Colégio Militar Dom Pedro II e Colégio Militar de Brasília) entram na cota de escola pública, bem como os alunos com 100% de bolsa em instituições privadas. Daí podemos concluir o quão difícil é para um estudante pobre, com deficiências de conteúdo escolar, nosso público alvo, alcançar o sonho da universidade.

A educação é um direito fundamental do ser humano e, além de colaborar para o desenvolvimento do indivíduo, é determinante para o crescimento do país. A educação é uma das maneiras mais eficientes de forjar cidadãos completos, questionadores, engajados e proativos, capazes de promover mudanças importantes onde moram.

Fundamentação teórica

“A noção da igualdade regula a sociedade democrática contemporânea e tornou-se a exigência moral segundo a qual todas as pessoas devem ser tratadas da mesma forma como cidadãos. Todos são considerados iguais em referência a qualidades constitutivas da natureza humana como a razão, a responsabilidade moral, a liberdade. Nesse sentido, a igualdade supõe que consideremos as pessoas diferentes como equivalentes, mas não forçosamente idênticas. De acordo com essa lógica, as desigualdades de condição social existem, devendo ser eliminadas ou corrigidas mediante um tratamento igualitário.

Em nossa constituição o texto do artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No entanto a inclusão nos textos legais não faz da igualdade um direito garantido. Temos uma distância entre a igualdade formal e a material, necessitando que o Estado promova ações para diminuir as desigualdades.

“A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política” (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

A fim de embasar os objetivos propostos e a realização do projeto em questão, abordamos dois assuntos pertinentes à realidade do público alvo:

O acesso a universidade de alunos excluídos

O acesso aos cursos de graduação por minorias tem dois diferentes instrumentos: cotas raciais e sociais. As "raciais" utilizam como critério a cor/raça do aluno, de acordo com autodeclararão. Os critérios "sociais" baseiam-se na renda familiar que comprove carência ou no fato de o aluno ser oriundo do ensino médio público, ou seja, de escolas municipais, estaduais ou federais ou de cursos supletivos presenciais de educação de jovens e adultos. Há casos em que ambos os critérios são considerados simultaneamente, quando vagas são reservadas, por exemplo, a alunos negros pobres. O projeto Tecendo o Amanha objetiva discutir os potenciais efeitos positivos de uma aplicação mais ampla de ações afirmativas para que propiciem às minorias acesso a universidades federais.

Podemos dizer que a educação é um vetor capaz de alinhar o social e o econômico. Dar oportunidade a quem ficou excluído, é forma de reduzir a desigualdade. A juventude sempre foi considerada um período delicado e decisivo da vida humana. No Brasil de hoje, estar situado na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos já configura, por si só, uma situação de risco. Certamente, um país que não oferece à juventude oportunidades adequadas de desenvolvimento pessoal e profissional tem pouco a esperar do futuro. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil, lançado pela UNESCO/Brasil a alta polarização na distribuição de renda no país tem gerado formas muito diferenciadas de acesso dos jovens aos serviços sociais básicos, reforçando a vulnerabilidade especialmente entre os brancos pobres e os afrodescendentes. As limitadas condições de acesso a uma educação de qualidade e ao mercado de trabalho ampliam os contingentes de jovens sem atividade definida.

Podemos verificar, nos últimos anos, uma intensificação da demanda pelo ensino superior entre os jovens de baixa renda, mobilização não isenta de contradições uma vez que as políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público.

No período 1960-1970, enquanto as matrículas nas instituições públicas registravam um crescimento da ordem de 260%, as matrículas do setor particular cresciam mais de 500%. Na década seguinte 1970-1980, o crescimento do setor privado foi de 311,9% e o do setor público, de 143,6%" (SAMPAIO, 2000, p. 57). A expansão do setor privado não parou. A universidade pública expandiu-se, mas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX até os dias atuais, as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2003, p. 8-19)

Dados como esses confirmam a expansão que, conservadora em sua essência, manteve o caráter elitista do ensino superior. Os cursos comunitários surgem nesse contexto contraditório do sistema educacional, com profundas desigualdades no que diz respeito ao acesso ao ensino superior e configuram-se como um movimento social que promove acesso a universidades públicas para grupos historicamente excluídos.

Objetivos

- Oferecer curso preparatório para as provas de ingresso no Ensino Superior, com enfoque no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para jovens e adultos de baixa renda que tenham cursado o Ensino Médio em Instituições públicas de ensino;
- Subsidiá-los na formação intelectual, do caráter e personalidade dentro de uma visão integral de homem;
- Oportunizar o aprofundamento reflexivo de sua vida e práticas comunitárias;
- Fortalecê-los no sentimento de cidadania pela ação solidária;
- Incentivar a comunidade afrodescendente e demais empobrecidos a entrarem na universidade buscando o resgate de suas potencialidades;
- Realizar processo coletivo de orientação quanto a profissão e vocações;
- Promover o exercício do autoconhecimento,
- Promover a emancipação na medida que possam identificar e reconhecer algumas das complexas razões dos problemas que os mantêm distantes dos conteúdos exigidos pelo vestibular e, conseqüentemente, do acesso à universidade;
- Promover uma proposta progressista e qualitativa de educação, coadunando-as com as exigências conteudistas e quantitativas dos exames vestibulares;
- Promover oficinas, ciclo de debates, discussão de filmes que discutam questões éticas, políticas, diversidade, meio ambiente, cultura, artes;
- Oferecer as disciplinas que compõem o currículo da Base Nacional Comum com enfoque nos eixos temáticos do ENEM, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação, Ciências Naturais e suas Tecnologias, Redação, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, por meio de plataforma digital e presencial;

- Oferecer atividades que compõem o denominado 'Núcleo Diversificado' constituído de palestras, ciclos de debates, discussão de filmes, documentários, oficinas, entre outros, não apenas como com o intuito de instrumentalizar os alunos para a avaliação multi/interdisciplinar que caracteriza o ENEM, mas, acima de tudo, para a formação crítica dos alunos com vistas à cidadania e direitos humanos;
- Promover pesquisa junto aos alunos do Cursinho Popular para estudar e produzir uma amostra do perfil de jovens egressos do ensino médio em escolas públicas e as barreiras para acessar a universidade.

A estratégia metodológica

Os estudantes atuais, provenientes de uma sociedade em transformação, com características de imediatismo, tecnológica e conectada, cujas experiências de interação (comunicação, colaboração e organização) ocorrem, em grande parte, através de dispositivos eletrônicos como tablets, notebooks, smartphones, entre outros, interligados por diversos sistemas de comunicação e telecomunicação, desafiam as instituições a organizarem espaços de aprendizagem que extrapolam os momentos de sala de aula. Tal constatação nos remete ao compromisso de refletir acerca da utilização de diferentes metodologias de ensino e aprendizagem, bem como das tecnologias que as sustentam. Espera-se para tanto, que tais tecnologias apresentem características de suporte à mobilidade, de fácil implementação e integração com as tecnologias já existentes, de baixo custo, com suporte à interação, colaboração e armazenamento, de fácil utilização e com características de ubiquidade, isto é, acessar qualquer conteúdo, a qualquer hora, de qualquer lugar e de qualquer dispositivo. O método da Sala de Aula Invertida é apresentado como uma proposta de repensar os processos de ensino e aprendizagem e os espaços onde ocorrem, objetivando a inserção de metodologias e tecnologias educacionais, no sentido de otimizar as etapas de transmissão e de assimilação

